

# Realidade e perspectiva de mercado de trabalho

Márcio Antônio da Fonseca e Silva,  
Conselheiro Federal de Farmácia Suplente por São Paulo,  
ex-presidente do CFF

Em nenhum momento, o medicamento, a farmácia e o farmacêutico ocuparam tanto espaço na mídia, como nos últimos meses, na maioria, desagradáveis, como preços abusivos, formação de cartel, produtos falsificados, com prazo de validade vencido, más condições de estocagem, corrupção, sonegação de impostos, empurroterapia, propaganda enganosa, fraudes e atos ilícitos os mais variados. Com o advento da instalação da CPI pela Câmara dos Deputados, através de depoimentos e averiguações, o assunto ficou ainda de maior vulto, mobilizando a atenção e participação de todos os segmentos da sociedade.

O Brasil é o quinto maior produtor mundial de medicamentos, suplantado apenas pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha e França. No período de 1992-1996, o setor farmacêutico brasileiro foi o que mais cresceu, na América Latina - 15,3% ao ano, contra 8,5% da indústria farmacêutica continental e 7,4% do mercado mundial (1). Rentabilidade mediana por setores: farmacêutico - 15,3%; automotivo - 5,15; química e petroquímica - 4,8%; construção - 3,4%; alimentos - 2,8% (2).

Outro tópico muito divulgado, de maneira distorcida, é o de que o número de farmacêuticos - cerca de 66 mil - seria insuficiente para cobrir as demandas do setor. Não é verdade. Na realidade, além da má distribuição geográfica, deveremos banir o conceito de que farmácia é uma loja de conveniência, em que existem até medica-

mentos. Ela é, sim, um local destinado à prestação de serviço de saúde, através de adequada assistência farmacêutica.

O medicamento vem sendo tratado como uma mercadoria qualquer, sendo profundamente inquietante verificar-se a delapidação sistemática que vem sendo feita dos acervos científico, técnico e cultural da Farmácia brasileira. Meditando sobre o ocorrido, acreditamos ser o momento propício para uma profunda avaliação, amplo debate, objetivando encontrar os caminhos e corrigir as distorções, de acordo com a realidade, todos desprovidos de preconceitos e interesses pessoais.

Como ponto de partida, deverá ser entendido por todos que saúde é o maior bem que um cidadão tem ou necessita, cabendo ao Estado cumprir e fazer cumprir a Constituição e demais legislações vigentes. Partindo dessa realidade, deverá ser compreendido que medicamento é algo muito sério e importante, pois tem como objetivo auxiliar na elucidação do diagnóstico, promover a cura ou aliviar o sofrimento dos enfermos e não ser um objeto de consumo qualquer. Como consequência, a farmácia, um local em que o farmacêutico, como agente de saúde, presta informações, avalia o receituário, consulta o médico em caso de dúvidas e procede a dispensação. No meu entender, a situação é muito preocupante, pelo aspecto cultural do consumismo, associado à ganância pelo lucro mais fácil.

É notória a mudança de com-



portamento do comércio, através da globalização, e a necessidade de agilização, onde está sempre presente o binômio eficiência-custos para sobreviver à concorrência na disputa pelo mercado. Já se começa a sentir o direcionamento e o aumento dos serviços pelo sistemas de televendas e de correio eletrônico. Em persistindo esta situação, o medicamento nivelado como um produto de consumo qualquer e a farmácia, um simples estabelecimento comercial, poderemos afirmar que, no futuro, os medicamentos estarão disponíveis em supermercados ou via Internet. Haverá a especialização de *farmacêutico internauta*? Como será o mercado de trabalho para os hoje estudantes dos 125 cursos de Farmácia? Quem viver, verá.

- (1) Relatório CPI dos Medicamentos, maio de 2000  
(2) "Revista Exame", junho de 1999

Contatos com o farmacêutico Márcio Antônio da Fonseca podem ser feitos, através do e-mail [marfonsilva@uol.com.br](mailto:marfonsilva@uol.com.br)